

única, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, correspondente à remuneração de oitocentos e trinta e sete euros e sessenta cêntimos (837,60 €), iniciando-se também na mesma data o período experimental de 90 dias, ficando resolvido naquela data o contrato de trabalho por tempo indeterminado, na categoria de Assistente Operacional, que anteriormente vigorava entre o Município e o referido candidato.

Para efeitos do estipulado nos n.ºs 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugado com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e nos termos do referido Despacho, o Júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

6 de Abril de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304921482

Aviso n.º 14887/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se publico que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Marta Gonçalves, proferido a 28 de Dezembro de 2010, e na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 230 de 26 de Novembro de 2010, para preenchimento de um posto de trabalho de Encarregado Operacional na Área de Espaços Verdes e Limpeza Urbana, após negociação do posicionamento remuneratório, conforme determina o artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, a 31 de Dezembro de 2010, com o candidato classificado em 1.º lugar — Eduardo Jorge Pereira Maia Correia, na 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 8 da tabela remuneratória única, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, correspondente à remuneração de oitocentos e trinta e sete euros e sessenta cêntimos (837,60 €), iniciando-se também na mesma data o período experimental de 90 dias, ficando resolvido naquela data o contrato de trabalho por tempo indeterminado, na categoria de Assistente Operacional, que anteriormente vigorava entre o Município e o referido candidato.

Para efeitos do estipulado nos n.ºs 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugado com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e nos termos do referido Despacho, o Júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

6 de Abril de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304918283

Aviso n.º 14888/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se publico que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Marta Gonçalves, proferido a 28 de Dezembro de 2010, e na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 230 de 26 de Novembro de 2010, para preenchimento de um posto de trabalho de Encarregado Operacional na Área de Ambiente, Água e Saneamento, após negociação do posicionamento remuneratório, conforme determina o artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, a 31 de Dezembro de 2010, com a candidata classificada em 1.º lugar — Maria Arlete Gomes Antunes da Silva, na 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 8 da tabela remuneratória única, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, correspondente à remuneração de oitocentos e trinta e sete euros e sessenta cêntimos (837,60 €), iniciando-se também na mesma data o período experimental de 90 dias, ficando resolvido naquela data o contrato de trabalho por tempo indeterminado, na categoria de Assistente Operacional, que anteriormente vigorava entre o Município e a referida candidata.

Para efeitos do estipulado nos n.ºs 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugado com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e nos termos do referido Despacho, o Júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

6 de Abril de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304918997

Aviso n.º 14889/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se publico que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Marta Gonçalves, proferido a 28 de Dezembro de 2010, e na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 230 de 26 de Novembro de 2010, para preenchimento de um posto de trabalho de Encarregado Operacional na Área de Infra-estruturas desportivas, após negociação do posicionamento remuneratório, conforme determina o artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, foi celebrado contrato de trabalho

por tempo indeterminado, a 31 de Dezembro de 2010, com o candidato classificado em 1.º lugar — Bruno Eduardo Azevedo Rebelo, na 2.ª posição remuneratória e nível remuneratório 9 da tabela remuneratória única, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, correspondente à remuneração de oitocentos e noventa e dois euros e cinquenta e três cêntimos (892,53 €), iniciando-se também na mesma data o período experimental de 90 dias, ficando resolvido naquela data o contrato de trabalho por tempo indeterminado, na categoria de Assistente Operacional, que anteriormente vigorava entre o Município e o referido candidato.

Para efeitos do estipulado nos n.ºs 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugado com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e nos termos do referido Despacho, o Júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

6 de Abril de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304919555

Aviso n.º 14890/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se publico que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Marta Gonçalves, proferido a 28 de Dezembro de 2010, e na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 230 de 26 de Novembro de 2010, para preenchimento de um posto de trabalho de Encarregado Operacional na Área de Projectos Educativos, após negociação do posicionamento remuneratório, conforme determina o artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, a 31 de Dezembro de 2010, com o candidato classificado em 1.º lugar — Antero Loureiro da Mota, na 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 8 da tabela remuneratória única, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, correspondente à remuneração de oitocentos e trinta e sete euros e sessenta cêntimos (837,60 €), iniciando-se também na mesma data o período experimental de 90 dias, ficando resolvido naquela data o contrato de trabalho por tempo indeterminado, na categoria de Assistente Operacional, que anteriormente vigorava entre o Município e o referido candidato.

Para efeitos do estipulado nos n.ºs 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugado com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e nos termos do referido Despacho, o Júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

6 de Abril de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304921855

Aviso n.º 14891/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se publico que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Marta Gonçalves, proferido a 28 de Dezembro de 2010, e na sequência do concurso interno de ingresso, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 230 de 26 de Novembro de 2010, para recrutamento de um Especialista de Informática Grau 1, nível 2 (carreiras não revistas) foi celebrado Contrato de Trabalho por Tempo indeterminado a 31 de Dezembro de 2011, com o candidato classificado em 1.º lugar — Alfredo Jorge Martins de Almeida Alexandre, tendo o mesmo sido posicionado no índice 400, correspondente à remuneração de mil trezentos e setenta e três euros e doze cêntimos, iniciando-se também na mesma data o período de estágio de 180 dias.

O Júri de acompanhamento do período de estágio é o mesmo do concurso interno de ingresso.

6 de Abril de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304924455

Aviso n.º 14892/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se publico que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Marta Gonçalves, proferido a 28 de Dezembro de 2010, e na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 230 de 26 de Novembro de 2010, para preenchimento de um posto de trabalho de Coordenador Técnico na Unidade de Expediente e Modernização Administrativa, após negociação do posicionamento remuneratório, conforme determina o artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, a 31 de Dezembro de 2010, com a candidata classificada em 1.º lugar — Maria Isabel Cabral Estrela, na 2.ª posição remuneratória e nível remuneratório 17 da tabela remuneratória única, aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008,

correspondente à remuneração de mil trezentos e quatro euros e quarenta e seis cêntimos (1304.46 €), iniciando-se também na mesma data o período experimental de 180 dias, ficando resolvido naquela data o contrato de trabalho por tempo indeterminado, na categoria de Assistente Técnico, que anteriormente vigorava entre o Município e a referida candidata.

Para efeitos do estipulado nos n.ºs 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugado com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e nos termos do referido Despacho, o Juri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

6 de Abril de 2011. — O Vereador, *António Dinis*.

304918031

MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS

Aviso n.º 14893/2011

Pelo aviso publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107 de 2 de Junho de 2011 e na Bolsa de Emprego público com o código de oferta N.º OE201106/0055 de 3 de Junho do corrente ano, foi divulgado o procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de Director Departamento da Presidência desta Câmara Municipal.

Nos termos dos n.ºs 8,9,10 e 11 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 Agosto, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006 de 7 Junho, nomeio a licenciada Stela Cristina do Carmo Rato, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Directora de Departamento da Presidência, com efeitos a partir de 11 de Julho de 2011.

Anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional da nomeada.

11 de Julho de 2011. — O Presidente da Câmara, *António Manuel Oliveira Rodrigues*.

ANEXO

Nota relativa ao currículo académico e profissional da licenciada Stela Cristina do Carmo Rato

Currículo académico:

Licenciada em Gestão de Recursos Humanos, pelo Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém

Curso de pós-graduação em Segurança e Higiene do Trabalho, pelo Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém

Currículo profissional:

Novembro de 1994 a Março de 1999 — Funções correspondentes a técnica superior (em regime de contrato) na AMLT — Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, nomeadamente apoio técnico para assistir as Associações de Municípios da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo na Gestão do Sub programa — A contratualizado, tendo como principais actividades:

Organização e análise, tratamento e avaliação de 160 projectos de 21 municípios do Vale do Tejo — No âmbito do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo do QCA II (quadro Comunitário de Apoio II);

Acompanhamento e controlo processual junto dos executores;

Organização de vários seminários das Associações de Municípios;

Abril de 1999 a Abril de 2003 — Funções correspondente a técnica superior (em regime de contrato) na Ex-AMMT, actual Comunidade Urbana do Médio Tejo nomeadamente;

Coordenação técnica das equipas de projecto no âmbito da gestão das medidas contratualizadas dos fundos estruturais FEDER e FORAL (QCA III);

Coordenação do encerramento das medidas contratualizadas do QCA II Em 5 Dezembro de 2003 foi provida em técnica superior Principal do quadro da Comunidade Urbana do Médio Tejo;

Em 1 de Julho de 2005, requisitada pela Câmara Municipal de Santarém;

Em 1 de Abril de 2006 nomeada Chefe de Divisão de Desenvolvimento Económico e Social em regime de substituição na Câmara Municipal de Torres Novas;

Em 8 de Janeiro de 2007, tomou posse no cargo de Chefe Divisão de Desenvolvimento Económico e Social;

No dia 1 de Janeiro de 2011, foi nomeada Directora Departamento da Presidência em regime de substituição.

304930651

MUNICÍPIO DE VILA REAL

Aviso n.º 14894/2011

Discussão pública da proposta de criação de duas Unidades de Execução no âmbito da UOPG 38 — “Parque de Ciência e Tecnologia” do Plano Director Municipal de Vila Real e do projecto de loteamento da denominada Unidade de Execução 1 — Parque de Ciência & Tecnologia.

Manuel do Nascimento Martins, Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, torna público, em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 120.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua actual redacção e do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro na sua redacção actual, nos termos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 77.º, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de 13 de Julho de 2011 que, a partir do dia seguinte à publicação do presente aviso no *Diário da República*, e durante 22 dias úteis, se encontra aberto o período de discussão pública da proposta e do projecto de loteamento supra mencionados.

A proposta e o projecto de loteamento estarão disponíveis para consulta no Departamento de Planeamento e Desenvolvimento Sustentável, nos Paços do Concelho, sito na Avenida Carvalho Araújo n.º 1, na cidade de Vila Real, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

15 de Julho de 2011. — O Presidente da Câmara Municipal, *Dr. Manuel do Nascimento Martins*.

204935017

MUNICÍPIO DE VISEU

Aviso n.º 14895/2011

Para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, torna-se público, que se encontra disponível na página electrónica do Município — www.cm-viseu.pt e no expositor do Atendimento Único, desde o dia 06 de Julho de 2011, a lista ordenada alfabeticamente com os resultados obtidos no método de selecção Avaliação Curricular, referente ao procedimento concursal comum, para contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo incerto, para ocupação de postos de trabalho para a carreira e categoria de Assistente Operacional, cujo aviso de abertura n.º 10575/2011, foi publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 91, de 11 de Maio de 2011, na BEP com o Código de Oferta n.º 201105/0215, disponibilizado na página electrónica do Município e afixado no expositor do Atendimento Único.

15 de Julho de 2011. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vereador, *Hermínio Loureiro Magalhães*, Dr.

304927177

FREGUESIA DE ALBUFEIRA

Aviso n.º 14896/2011

Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho, no regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Nos termos do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, por meu despacho, e de acordo com o estatuído no n.º 1 do artigo 50.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, autorizei, por meu despacho de 04 de Julho de 2011, a abertura do seguinte procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho do mapa de pessoal da Freguesia de Albufeira na categoria de Assistente Operacional, na carreira geral de Assistente Operacional (M/F).

1 — Considerada a dispensa temporária da obrigatoriedade de consulta à ECCRC, até à publicação de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, não foi efectuada a consulta prevista no artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

2 — De acordo com o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, é garantida a reserva de quotas de emprego para pessoas com deficiência com um grau de incapacidade permanente igual ou superior a 60 %.